



I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: *Linguagens e Leituras*
III Encontro Nacional da Cátedra UNESCO de Leitura
VII Encontro Local do PROLER
UESC - ILHÉUS - BA/ 14 A 17 DE OUTUBRO 2009

DIÁRIO DA TARDE: O JORNAL NA CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Antonio Valter Santos Barreto¹
Cláudio do Carmo Gonçalves²

Resumo: Perceber como o jornal “Diário da Tarde” se faz presente na construção e preservação da memória do povo desta região é o que pretende este artigo e, para tal, faz-se necessário entender a significação e o sentido que museus, jornais e arquivos vêm tomando desde os primeiros anos do século XX, não só pela expansão destes espaços, como por uma nova tendência que busca tratar livros, jornais e documentos como meios de comunicação que guardam informações valiosas sobre a história da cidade e de um povo. Outro ponto discutido neste artigo é que a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Para Pierre Nora, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notaria, atas e esses são o material de trabalho dos jornais, portanto, estes, além de ser guardiães da memória, nisto se inclui o Diário, podem ser conceituados como lugares de memória.

Palavras-chave: Lugares-memória. Jornal. Arquivo. Documentos.

1 A ascensão dos jornais e o surgimento do Diário da Tarde

Desde o final do século XIX, os jornais vêm alcançando um novo público consumidor de cultura e, por volta de 1870, os almanaques são substituídos por revistas literárias. Estas, mais tarde, são substituídas pelas revistas ilustradas, que são as precursoras dos jornais, estabilizam e criam uma cultura de bens culturais, assumindo assim novas funções no mercado de bens e lazer, e os princípios jornalistas da imprensa ilustrada passam a ter uma respeitável tradição. Proporcionalmente à ampliação deste público, a imprensa politicamente pensante perde a influência.

¹ Estudante do programa de pós-graduação *strictu sensu* em Letras: Linguagens e Representações da Universidade estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: kinhobarreto@bol.com.br

² Professor Doutor em Ciência da Literatura pela UFRJ e professor Adjunto de Literatura – UESC -, orientador do referido estudante no Programa de Pós-graduação *strictu sensu*.

A fase que medeia entre o declínio do império e o surgimento da Primeira Guerra Mundial, fato este que os historiadores consideram (não só pelas transformações ocorridas na área política, como também na parte socioeconômica de quase todas as nações do mundo) como o encerramento do século XIX, denuncia importantes e profundas alterações na vida brasileira. Tais alterações, que vinham afetando a estrutura econômica e nela acabariam por frisar o contraste que era novo entre a tradicional atividade agrícola e as atividades urbanas em ascensão, particularmente as indústrias, acabariam por proporcionar à classe média uma força e um papel que antes não tinha. O surgimento dessa classe no pólo político é o fenômeno social por excelência desse período em que o Brasil muda de fisionomia. Os escritores participam como elementos agora da classe média, nos acontecimentos do tempo e de suas atividades. Através da imprensa, esses escritores traduzem os pensamentos e anseios dessa classe média que já é expressiva.

Para Gilberto Freire (1963), os jornais podem ser considerados fontes de grande importância na interpretação de certos aspectos do século XIX. Ele conclui que: “mais do que nos livros de história, nos romances, a história do Brasil do século XIX está nos jornais”.

Segundo Habermas (2003), as notícias de jornal, no início do século XX, passam a assumir formas de disfarce e passam a ser equiparadas a uma narrativa, desde o formato até o detalhe estilístico com novos contos, notas, publicações, etc., e a separação rígida entre fato e ficção é abandonada cada vez mais com maior frequência.

A partir dessas mudanças, jornal, arquivo e documento passam, além de serem instrumentos de comunicação, a serem também instrumentos de educação, pois guardam informações como guias de sepultamento, contratos de locação, atas de reuniões, etc., que revelam a cotidianidade da vida dos povos, das regiões, das sociedades e das cidades.

No ano de 1928, exatamente a 10 de Fevereiro, é fundado em Ilhéus o jornal Diário da Tarde pelo Sr. Francisco Dórea, tendo como redator chefe o Sr. Gilberto Sabóia, e é um jornal de uma sociedade anônima. Neste período, a região sul baiana, também denominada região do cacau, já era uma região rica, graças à monocultura desse produto. A opulência dessa riqueza podia ser percebida nas casas de comércio, no tráfego de mercadorias e passageiros da estrada de ferro, no porto de Ilhéus e na imprensa. Sendo um jornal de circulação quase cotidiana, o Diário da Tarde destacava-se entre os periódicos dessa época e circulava em localidades como Itabuna, Pirangi, Água Preta, entre outros. A importância do Diário é indiscutível, não só por ser um jornal publicado diariamente, mas pelo nível de informação que circulava na região através de suas páginas. As matérias publicadas no jornal vão desde anúncios de alfaiates, cursos de corte e costura, informes publicitários, prestação de contas, atividades do governo, notícia do mundo e textos literários.

Os textos literários do Diário da Tarde são de autores que hoje tem projeção nacional e mundial e de outros que não são nem identificados. As publicações literárias, especificamente nos anos de 1931, 35 e 39 são de escritores como Adonias Filho, James Amado (ainda vivo), Jorge Amado, Jacinto Gouveia, entre outros, e os textos, em sua maioria, são crônicas, críticas, contos e poesia. Essas publicações literárias são sempre na página dois ao lado de anúncios e informes importantes. Nos dias em que o jornal não publicava um texto literário nessa página, trazia matérias e informes geralmente de interesse local, sobre acontecimentos nacionais ou mundiais.

Para Habermas (2003), no jornalismo, as ações, os fazeres e seus contextos são de alta complexidade, pois se trata de um processo social e cultural de intermediação, com múltiplos emissores, produtores de informação e opiniões, receptores, usuários e os

acontecimentos locais, nacionais e mundiais constituem o material básico, desde que interessem ao público.

No Diário da Tarde, as reportagens de caráter informativo tem por objetivo um conceito de natureza ideológica, visto que, numa sociedade de classes, a ideologia que prevalece é sempre a da classe dominante, pois é essa, através do usufruto do poder, que dá nome e sentido às coisas, buscando conformar os homens à intelectualidade do sistema, para garantir sua reprodução e preservação. O papel mais saliente da ideologia é o de cristalizar as “feridas” da sociedade, fazendo-as passar por naturais. Isso está comprovado no Diário, pois os textos que substituem os literários são de caráter religioso ou político.

Atravessando praticamente todo o século XX, o jornal Diário da Tarde tornou-se um marco da resistência da cultura impressa na região sul baiana, passando assim por momentos delicados da nossa história, pois muitas foram as situações “vivenciadas” pelo Diário, inclusive uma guerra mundial que alterou todas as posições políticas do planeta. A vida política regional e nacional também foram vividas e contadas pelo jornal que presenciou a ascensão e a queda dos coronéis do cacau, as disputas acirradas dos políticos ao cargo de “Intendente”, surgimento do Estado Novo, da Ditadura Militar e a ascensão da Nova República.

2 O jornal como documento e monumento

Segundo Le Goff (1996), documento é aquilo que pode ser evocado do passado, é algo selecionado pelo historiador. Para ele, o monumento é um vestígio humano de uma memória, pois este tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

Para se considerar o jornal como fonte histórica, deve-se sempre ter em mente que este não se trata de um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, mas é penetrado de subjetividades. O estudioso deve se atentar a uma análise desse documento através de uma compreensão e relação com as personagens da época, resultando assim numa história mais viva, humana e rica.

Considerando alguns estudos realizados acerca do uso da imprensa como fonte documental, é notória a aproximação entre as afirmações de que o uso da imprensa, especificamente os jornais, como fonte documental é recente e vem aumentando cada vez mais. Além de todos os autores concordarem do cuidado que se deve ter ao usar tal fonte, é necessário sempre considerá-la como subjetiva e controlada, para não cair em armadilhas ideológicas disfarçadas de imparcialidade.

Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos. (LE GOFF, 1996. P, 545).

Sendo o documento algo que não é inócuo, ele pode ser considerado, antes de qualquer coisa, como o resultado de uma montagem, seja esta consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é algo que fica, que

dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o significado aparente.

Para Le Goff (1996), o documento é monumento e resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo o documento é mentira.

O uso de jornais como fonte histórica vem aumentando, isso porque o estudo de História mudou, a corrente positivista vem sendo criticada desde os anos vinte, principalmente pelos historiadores franceses da escola dos *Annales*. Com Michel Foucault, a reflexão acerca dos documentos também se intensificou. Questioná-lo passa a ser um problema do historiador; afinal, o documento é o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da sociedade que o produziu.

A análise histórica mudou com os *Annales* e com a História Nova. Uma dessas mudanças reflete na preocupação com um passado mais recente e o presente imediato, sendo necessário um estudo da época atual e tomar partido diante dos acontecimentos. Isso explica a aproximação entre os meios de comunicação e a história.

A comparação entre passado e presente é, grosso modo, a linha condutora das narrativas que vão surgindo nas páginas do Diário da Tarde e que ajudam a perceber as representações do fazer jornalístico ao longo de uma década. Se é próprio dos jornais uma prolixia sobre o mundo, por outro lado, o falar da própria atividade é mais escasso, como na edição comemorativa. Ela pode ser entendida como renovação de pacto com o público. Ao exibir as opções políticas, as considerações sobre a mídia, o comportamento social do público, o jornal está falando ao mesmo tempo dos seus posicionamentos, está reforçando, assim, sua identidade, seu papel em meio a outros meios de comunicação.

Segundo Barbosa (2007), a escolha de uma data para se comemorar constitui uma estratégia memorável em torno da qual se elaborará uma sociabilidade (em torno do jornal) e uma pedagogia (sobre como usá-lo). Nesse sentido, as datas podem ser consideradas monumentos de memória.

No Diário da Tarde, a edição comemorativa de 10 de Fevereiro, data de comemoração da fundação do jornal, os textos literários saem da página dois e vão para a página quatro e trinta e oito (o jornal sempre publica suas produções literárias na página dois), pois esta edição saiu com mais de quarenta e cinco páginas. O primeiro conto desta edição especial é “O outro lado da história”, de Rubem Nogueira; o segundo é “Menino de rua”, de Mario Donato. Muitas outras publicações de grande importância aparecem neste ano, que parece ser o mais repleto de publicações.

3 O jornal e os lugares de memória

Para abordar a noção de “lugares de memória”, dispomos dos textos de Pierre Nora (1993) e estudos nos quais ele afirma ter tomado emprestado de Cícero, em seu *De oratore*, a figura retórica do *locus memorie*, na qual se associa a um lugar, uma idéia, transformado-o em um símbolo. Este *locus* pertence claramente ao domínio do ideal e, por isso, é errado reduzi-lo a um passeio nostálgico entre monumentos, vestígios e materiais do passado. O lugar de memória pode ser concebido como um ponto em torno do qual se cristaliza uma parte da memória nacional. Na apresentação, Nora oferece uma definição: “Lugar de memória: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer. Outra definição dele para os lugares de memória é que estes são, primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos

sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, os lugares de memória, lugares carregados de uma vontade de memória.

Segundo Nora (1993), os lugares de memória são, antes de tudo, restos; é o que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação valorizando por natureza mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Para o autor, a memória é um processo vivido, conduzidos por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e suscetível a todas as manipulações.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções.

A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Partindo dos conceitos de Nora, podemos inserir o jornal nos lugares de memória, como arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Nesta sociedade arrancada de sua memória pela amplitude de suas mudanças, mas ainda obcecada por se compreender historicamente, o pesquisador/historiador assume cada vez mais um papel central, porque nele se opera aquilo de que ela gostaria, mas não pode dispensar: “o historiador/pesquisador é aquele que impede a história de ser somente história” (IBIDEM, p. 21)

Para Nora (1993), o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar. “A memória de papel” tronou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas, depósitos, centros de documentação, bancos de dados. Nesse cenário, os jornais têm fundamental importância, pois tanto são arquivos daquilo que aconteceu como são fontes seguras dos fatos, acontecimentos de toda uma época movida pelas convulsões sócias, políticas, religiosas, culturais, etc.

Somente para os arquivos públicos, os especialistas avaliam que a revolução quantitativa, em algumas décadas, traduziu-se numa multiplicação por mil. Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. (IBIDEM, p.15).

Todas as vezes que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi e que necessitaremos lembrar com alguma finalidade.

Para Nora (1993), os lugares de memória são mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel, e os jornais trazem todas estas definições em suas páginas relatando acontecimentos da vida e da morte, casamentos, nascimentos e notas de falecimento; do sagrado e do profano, novenas, missas, festas, bailes; acontecimento do mundo como as notícia da guerra, da economia e da política regional e nacional.

Se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, e bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (IBIDEM, p. 13).

Os jornais são lugares de memória, não porque são melhores ou maiores, mas porque eles complicam o simples exercício da memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória. (IBIDEM, p. 25).

É nas palavras do pesquisador/historiador que se dá a passagem de uma história totêmica para uma história crítica. Esse é o momento dos lugares de memória. O interesse por esses lugares onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva que ressalta dessa sensibilidade.

Partindo das concepções apontadas por Pierre Nora, não é difícil pensar de imediato, em nossa região, em alguns desses lugares especialmente significativos. Alguns deles atravessaram os tempos, ainda que, certamente, revestidos de sentidos diversos, tais como a Catedral de São Sebastião, a tradicional festa do “pau-de-bastião”, em Olivença, a Catedral de São José, o bar Vesúvio, Ferradas e Sequeiro Grande, imortalizados por Jorge Amado, as matas do Camacã, descritas por Adonias filho, e o jornal Diário da Tarde, que, assim como todos os jornais, é configurado como um lugar de memória, um arquivo vivo da vida, dos fatos e acontecimentos de Ilhéus e da região do cacau numa época em que o dinheiro, a posição e o poder falavam muito alto, ditavam as regras de comportamento e convivência entre as pessoas, pois grande era o poder de decisão dos Coronéis desta região.

Além desses lugares físicos, há também outros que vivem no território das lembranças, como as disputas de terra e poder, os poder dos jagunços e dos coronéis, as festas memoráveis da região, as novenas, as trezenas. Portanto, como todos os lugares de memória, na perspectiva da história, por mais que sejam monumentos, são também documentos e, como tal, desafiam leituras e interpretações.

Referências

- BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niteroi (RJ): EDUFF, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et. al.]. 4ª edição Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, *In: Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 10, PP. 07-28, dezembro de 1993.